

Josué de Castro e a combinação das perspectivas multidirecionais e cíclicas da mudança social*

Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

Josué de Castro¹ filiava-se, em linhas gerais, às perspectivas centradas na tese da progressividade histórica. Ao dialogar - de maneira crítica - com o evolucionismo sociológico, com o materialismo histórico, com o darwinismo social e com o malthusianismo, ele construiu uma análise que tanto não se ajustava inteiramente a quaisquer das três primeiras correntes quanto refutava inteiramente as pressuposições desta última. Ele supunha a existência de um caráter pro-

Abstract

Generally speaking, Josué de Castro acquiesces on the view according to which there may be historical progress. As he criticizes social evolutionism, historical materialism, and social Darwinism, de Castro develops an approach that both is not reduced to and refutes those views. He presupposes that there is a sort of progressive character of social, economic, and political conditions that point out

* Josué de Castro and social change theories: multi-directional and cyclic perspectives.

¹ Esse artigo é parte de uma pesquisa acerca das concepções de mudança social em diversos pensadores brasileiros. Entre eles estão sendo estudados: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Josué de Castro.

gressivo nas condições sociais, econômicas e políticas que indicava ser possível resolver sem rupturas revolucionárias o pauperismo e a fome que atingiam amplos contingentes populacionais no século XX. Seus textos demonstram que a evolução nunca tinha sido pensada em vista da humanidade como um todo. Cobia, assim, aos homens de ciência e aos políticos progressistas o redimensionamento do progresso de modo a trazer benefícios às populações famélicas e pobres do mundo todo. Não havia um curso natural, linear e definitivo para os avanços e não-avanços sociais. A diretividade progressiva devia ser constante, construída e aperfeiçoada.

Palavras-chave: Mudança social, evolução, progresso, desenvolvimento, fome, pobreza, subdesenvolvimento.

possible non-revolutionary solutions to poverty and famine, which afflicted very large populations along the 20th Century. Josué de Castro's work shows that such an evolution had never been thought of as regards the whole humankind. Therefore, it is up to scientists and politicians to redirect social progress so as to benefit poor populations afflicted by famine, around the world. There is no natural, linear course of action leading to social improvement. Progressive, directive action is to be permanently constructed and improved.

Keywords: Social changes, evolution, progress, development, famine, poverty, underdevelopment.

Introdução

Em *Geopolítica da fome* Josué de Castro (1908-1973) partia do pressuposto de que a humanidade tinha conquistado avanços expressivos desde o século XVIII. O desenvolvimento da ciência e da industrialização, e o florescimento dos ideais de democracia e de participação política tinham que ser tomados como elementos que diferenciavam a época moderna dos períodos históricos anteriores. No entanto, mesmo tendo havido mudanças substantivamente indicadoras da possibilidade de emergência de condições de superação da miserabilidade, não tinha ocorrido, até o século XX, sequer a solução de uma das maiores tragédias (SORRE, 1961, p.25) que acometiam largas extensões populacionais: a fome (CASTRO, 1961; 2001; 1959; 1967; 1968).

A complexidade do processo evolutivo não podia ser minimizada e/ou reduzida a fatores puramente econômicos. As implicações e os desdobramentos do progresso lançavam raízes em diversas esferas da vida social; portanto, seus múltiplos aspectos sociais, políticos e culturais tinham que ser desvendados para corrigir os desequilíbrios de um crescimento econômico fomentador da miserabilidade e da exploração. Isso poderia ser feito através de uma “[...] mudança de base em alguns princípios fundamentais [...]” (CASTRO, 1961, p.30) que vinham regendo o desenvolvimento econômico global.

Empenhado, ao logo de sua vida - em demonstrar - através de seus escritos e de suas ações políticas - que havia possibilidade de reversão dos rumos da economia mundial contemporânea fundada na ultraconcentração de riqueza, ele combatia insistentemente aqueles que justificam as desigualdades sociais como parte de um jogo no qual uns perdiam e outros ganhavam. A economia, afirmava ele, tem que ser “[...] instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra para que ninguém possa no nosso tempo defini-la, como o fez em tom amargo Karl Marx, [...] como sendo a ciência das misérias humanas” (CASTRO, 1961, p. 467-8).

Como “um autêntico possibilista” (SANTOS, 2001, p.30), Josué de Castro desenvolveu uma perspectiva centrada na refutação absoluta das teses neomalthusianas² (VOGT, 1951; OSBORN, 1965) que estavam a fazer, em meados do século XX, profecias apocalípticas sobre o fim da humanidade (CASTRO, 1959, p.133). Aquelas se ocupavam inteiramente em divulgar uma suposta não-existência de saídas para a fome e para a miserabilidade. Enfim, os seguidores (BLACK, 1965; BATES, 1965; SEARS, 1965; TOYNBEE, 1965) de Malthus (1766-1834) deixavam evidente que não acreditavam em ações políticas voltadas para a reversão da escassez de alimentos no mundo. Eles consideravam que a contenção da pressão populacional, em termos de nascimentos, era o método mais adequado para equilibrar a economia mundial.

² Os escritos de Thomas Robert Malthus inspiravam no século XX inúmeros trabalhos acerca da pressão populacional sobre os meios de subsistência (MALTHUS, 1996; 1996a). Vide, por exemplo, a obra intitulada *As pressões da população* organizada por Fairfield Osborn (1965).

Diante desse quadro, Josué de Castro, como homem de ciência e de ação - o que ficava evidente através de seus escritos e do exame de suas atuações na FAO (Food and Agriculture Organization), na ASCOFAM (Associação Mundial de Luta Contra a Fome) e no parlamento como deputado federal (nos períodos 1955-58/1959-62) -, assinalava que as condições para o progresso social deveriam ser criadas através de ações políticas que unissem crescimento econômico e combate às calamidades sociais (fome, analfabetismo, epidemias, etc.), o que deveria ser feito de modo a transformar as condições de vida das populações pobres no Brasil e no mundo (SILVA, 2000; 1998; MINAYO, 1985; MAGALHÃES, 1997; TOBELEM, 1974; CANDIDO, 1999).

Sendo a fome uma calamidade produzida socialmente e indutora de diversas outras tragédias tais como o analfabetismo e as doenças evitáveis através da nutrição adequada ao organismo, era necessário romper todos os silêncios, os tabus e as indiferenças sobre ela. Somente assim seriam conhecidos os fundamentos de uma tessitura social mantenedora das condições de persistência de um progresso econômico, científico e industrial que alimentava continuamente uma civilização mercantilista e militarista interessada essencialmente na guerra e não na fome. Acerca dos confrontos armados entre nações, Castro afirmava:

[...] procurou-se demonstrar, à luz de teorias científicas, a necessidade de sua existência de acordo com uma suposta lei natural da vida. Desta forma, a guerra tornou-se um leitmotiv do pensamento ocidental, enquanto que a fome continuou a ser olhada como uma sensação, cujas repercussões não deveriam ir além dos domínios do subconsciente, uma vez que a consciência lhe fechava as portas, com ostensivo desprezo. (CASTRO, 1961, p.47).

Calava-se sobre a fome e, também, a respeito da possibilidade de o desenvolvimento científico e industrial ser colocado contra ela, e, portanto, a favor da humanidade. Tinha-se, assim, o silenciamento acerca da viabilidade de implementar mudanças na organização econômica e política nacional e internacional. Castro considerava que principalmente as lideranças políticas mundiais e nacionais, e os homens de ciência e de ação em geral, poderiam investir esforços visando criar uma economia capitalista humanitária (CASTRO, 1968, p.89-91).

Note-se que, para ele, as revoluções socialistas tinham também suas contribuições no processo de luta contra a fome (CASTRO, 1961, p.301). Portanto, toda experiência que apontasse caminhos favoráveis à humanidade em sua luta contra a miséria e a pobreza deveria ser valorizada. A criação de uma economia de cooperação internacional deveria levar em conta que, por trás de todo regime político e/ou econômico, havia pessoas que precisavam de alimentação, de educação, de saúde e de um dever, fosse ele capitalista e/ou socialista, assentado na preocupação com as potencialidades humanas.

Josué de Castro partilhava das concepções de Lord Boyd Orr - Prêmio Nobel da Paz de 1949 e prefaciador da edição inglesa do livro *Geopolítica da fome* -, que afirmava:

Se, na política internacional, os governantes estivessem tão interessados em promover o bem-estar do povo do mundo quanto em promover os seus prestígios e interesses materiais camuflados em um conflito entre comunismo e capitalismo, as suas primeiras preocupações comuns seriam cooperar em abolir a fome e a subnutrição. (ORR, 1965, p.89).

Tem-se, assim, em seus escritos a construção de uma concepção de progresso que dava centralidade ao combate à fome e à construção de uma outra civilização humana não cindida entre os que se alimentavam com fartura, e até excesso, e os que eram acometidos pela desnutrição aguda e/ou crônica. A noção de progresso sócio desenvolvida por Josué de Castro questionava a idéia desenvolvida no século XIX, a partir dos escritos de Spencer (1829-1903), principalmente, de que a industrialização e a ciência promoveriam, automaticamente, benefícios para todos indistintamente.

A idéia de progresso derivada do comtismo e o princípio de evolução social formulado pelo spencerianismo escamoteavam que a ciência, a técnica, a industrialização poderiam continuar seus cursos de desenvolvimento sem solucionar, sequer minimamente, a situação da fome no mundo. Fazia-se necessário intervir politicamente nesse processo para reverter os cursos modernizantes que não atingiam a todos, mas a alguns somente. Desnaturalizando o processo socio-histórico, Castro procurava demonstrar que era possível colocar o progresso tecnológico em favor da humanidade como um todo. Não havia, então, automatismos e/ou determinismos.

O diálogo de Josué de Castro com as perspectivas de mudança social diretiva e cíclica

Comte (1798-1857), Spencer, Durkheim (1858-1917) e Marx (1818-1883), entre outros pensadores, contribuíram para a formulação de perspectivas lineares e diretivas nas Ciências Sociais (SZTOMPKA, 1998). Enquanto os três primeiros construíam seus escritos sobre a convicção de que a história segue um processo de linearidade e de diretividade, aquele último pressupunha que havia direção não-linear, visto que as rupturas seriam responsáveis pelas transfigurações sociais.

Tanto a progressividade e a diretividade históricas quanto as rupturas revolucionárias eram apresentadas por Josué de Castro como essenciais para compreender por que a tragédia da fome passou a ser significativamente discutida no século XX. A era moderna trouxe, a seu ver, a possibilidade de que a pobreza e a miserabilidade fossem problematizadas socialmente. As mudanças sociais e políticas oriundas da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento da ciência, das revoltas, das revoluções e dos embates em torno das possibilidades democráticas indicavam que a humanidade estava seguindo uma diretividade progressiva à medida que foi capaz de criar as condições que levaram à compreensão da fome como fenômeno social.

Em *Geopolítica da fome* ele destacava que todas as civilizações anteriores à moderna estiveram fundadas nas desigualdades, na fome e na servidão. Até o século XVIII, não parecia possível imaginar um mundo sem essas características. O desenvolvimento da técnica, da industrialização, da ciência, da produção em massa revelou, pela primeira vez, a possibilidade de lutar contra a miserabilidade, a qual não poderia mais ser concebida como mera fatalidade (CASTRO, 1961, p.466).

Os principais protestos, levantes, revoltas e revoluções no século XVIII e XIX foram desencadeados pelos grupos sociais famélicos (CASTRO, 1961, p.397). A concentração dos operários nas grandes cidades fomentava o aparecimento de movimentos que revelavam as condições de desnutrição da população trabalhadora europeia, o que impulsionou o surgimento de ações políticas (socialistas utópicas, socialistas revolucionárias, anarquistas e democráticas) que tinham em sua base a convicção de que as condições de fome, de pobreza e de miséria poderiam ser revertidas.

O caráter progressivo da história da humanidade era verificável através do fato de que o século XX herdou - tanto no campo das ciências quanto no da ação política - condições propícias para que se quebrasse o tabu³, o silêncio em torno da fome⁴. Alguns acontecimentos, tais como as duas grandes guerras mundiais e as revoluções russa e chinesa, foram essenciais para que os homens de ciência e os de ação propusessem ações efetivas contra a miserabilidade. No entanto, na década de 1950, havia ainda um longo caminho a ser percorrido rumo ao conhecimento e às atuações duradouras a favor dos povos famintos.

Encontra-se em Josué de Castro uma perspectiva de diretividade histórica progressiva. Todavia, não se deve supor que ele caracterizava sempre o processo social em termos de mudanças diretivas, pois não havia, em seu entender, linearidade em todos os campos da vida social. A industrialização, a urbanização e o desenvolvimento científico possibilitaram o surgimento de amplas indagações acerca da miserabilidade como um fenômeno social. Isso era positivo, como também o fato de que surgia, pela primeira vez na história da humanidade, uma economia capaz de expandir a produtividade de modo inimaginável até o despontar do século XVIII.

No entanto, esse modo de produção que, a princípio, poderia subverter as condições de pobreza não o fez em vista de seu caráter exclusivamente centrado na exploração do trabalho e na potencialização do lucro. Isso levava Josué de Castro a relativizar a diretividade progressista a partir de um fértil diálogo travado com as teses cíclicas de Pitirin Sorokin (1889-1968), que advogava a não-possibilidade de encontrar direções persistentes nos processos socio-históricos (CASTRO, 1961, p.337). Isso era contraditório? Para ele não, uma vez que lhe parecia necessário extrair elementos tanto das perspectivas diretivas quanto das cíclicas para pensar as diversas sociedades.

³ “Vários fatores determinaram essa conspiração do silêncio em torno do fenômeno da fome. O primeiro obedece a um princípio de ordem moral. Sendo o fenômeno da fome (tanto a fome de alimentos como a fome sexual) fundamentalmente um instinto primário, apresentava-se ele como algo de chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procurava por todos os meios impor o predomínio da razão sobre os instintos, na conduta humana. Considerando o instinto como animal e só a razão como social, a nossa civilização vem tentando, embora sem resultados, negar sistematicamente o poder criador dos instintos, tratando-os como forças desprezíveis” (CASTRO, 1961, p.47-8).

⁴ Trata-se “[...] de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido” (CASTRO, 2001, p.12).

Nesse aspecto ele estava de acordo com Sorokin, que insistia na necessidade de combinar “[...] uma pluralidade de abordagens em virtude da complexidade dos fenômenos sociais” (LEVINE, 1997, p.37).

No campo das Ciências Sociais Max Weber construiu um conjunto de reflexões que combinava as perspectivas cíclicas e as lineares em suas abordagens sobre a mudança social. Eva e Amitai Etzioni afirmam:

Um aspecto importante da teoria de Max Weber se aproxima muito [...] do ponto de vista cíclico. Segundo Weber, quando se esgota a legitimidade de uma velha estrutura histórica, aparece um chefe carismático fora da estrutura e lhe dá o golpe de misericórdia. O chefe e seus seguidores tomam o poder e constroem uma estrutura nova sobre as ruínas da antiga [...]. O outro aspecto da teoria de Weber enquadra-se no ponto de vista do desenvolvimento linear, pois considera o desenvolvimento da cultura como um processo de racionalização constantemente crescente, de uma congruência e uma coerência internas cada vez maiores. Assim, a atitude de Weber quanto à mudança social tem duas faces: combina uma teoria cíclica do desenvolvimento social com uma teoria linear do desenvolvimento da cultura. (ETZIONI e ETZIONI, 1968, p.14).

Ao dialogar com as obras *The crisis of our age* e *Man and society in calamity*, de Sorokin, Josué de Castro mostrava-se de acordo com a pressuposição de que:

[...] a maioria dos processos socioculturais se têm revelado multiformes e multidirecionais; em algumas conexões são temporariamente lineares, em outras, rítmicos ou cíclicos, em outras ainda curvilíneos, e de quando em quando caprichosos e imprevisíveis. (SOROKIN, 1969, p.555; 1941; 1942).

Josué de Castro considerava, porém, que a emergência do mundo moderno teve um caráter revolucionário porque “[...] houve uma transformação integral de um mundo para outro. Onde as convicções sociais,

os valores ganharam outros significados” (CASTRO, 1961, p.53). Assim, a diretividade progressiva teria dado origem tanto a processos multidirecionais (nos campos da industrialização, da urbanização, da ciência, da redefinição dos valores, da cultura e da política) e multilíneares (os desenvolvimentos econômicos, políticos e culturais havidos nestes vários campos anteriormente citados) quanto a processos cíclicos (as persistências da pobreza, da miserabilidade, da fome eram indicadoras de que a humanidade caminhava em círculo mesmo com todos os recursos criados pela sociedade moderna).

A multidirecionalidade do processo socio-histórico teria assumido sua forma mais delineada em meados do século XX. Isso era mais visível no âmbito econômico, no qual, se fosse pensado o mundo em sua totalidade, persistia a combinação da produção em massa e da pobreza em larga escala. A tomada de consciência desse descompasso entre capacidade produtiva e fome faria emergir uma “[...] focalização intensiva do homem biológico como entidade social concreta, uma espécie de prioridade dos problemas humanos sobre os problemas econômicos puros” (CASTRO, 1961, p.54).

Sua perspectiva possibilista levava-o a vislumbrar, num horizonte próximo, tanto o surgimento de uma democracia voltada para a proteção e a revalorização dos desafortunados, particularmente, e dos homens em geral, quanto a emergência de uma ciência capaz de preocupar-se não somente com o lucro, mas também com a distribuição, com o bem-estar coletivo, com a transformação da vida humana em todas as suas esferas. Evidenciava-se, assim, que Castro considerava, então, possível criar ações políticas voltadas para a superação continuada da pobreza e da fome que tinham sido recorrentes em sociedades e momentos distintos. Isso o levava a um distanciamento das perspectivas cíclicas ortodoxas, como a de Pareto, por exemplo, que não vislumbrava, de maneira alguma, a possibilidade de instalação definitiva de qualquer direcionamento progressivo, sabendo-se que sempre se esgotarão, em algum momento, as introduções de melhoramentos sucessivos, ocorrendo, assim, “[...] um retorno temporário ao início do processo. [...] A mudança social não segue uma reta, mas um círculo” (SZTOMPKA, 1998, p. 249; PARETO, 1988; 1976).

Os diálogos de Josué de Castro com a teoria cíclica de Sorokin não devem ser interpretados como uma filiação rígida aos pressupostos da recorrência e do contínuo retorno às condições sociais,

políticas e econômicas precedentes - mesmo porque aquele último não supunha que os ciclos indicavam que o devir era sempre a repetição do passado - mas sim como uma busca de elementos indicadores de que havia fenômenos sociais expressivamente recorrentes na história da humanidade. A fome era um deles.

A constatação de que a fome é um fenômeno social que se tem repetido no transcorrer da história da humanidade não significava que Josué de Castro pretendia naturalizá-la. Pelo contrário, a partir dos escritos de Sorokin acerca das calamidades que vinham ciclicamente atingindo os diversos povos do mundo, ele procurava demonstrar que, até meados do século XX, a carência alimentar, a desnutrição aguda e a crônica tinham sido tragédias que assolaram os indivíduos, em intensidades e graus diferentes, em todas as sociedades e em todos os momentos da história (SOROKIN, 1975). Castro, todavia, procurava demonstrar que, se em outros momentos históricos não tinha sido possível (devido ao incipiente desenvolvimento da ciência, da industrialização, das tecnologias capazes de potencializar a produção agrícola, etc.) exterminar a fome aguda e a crônica, isso se havia alterado substancialmente na contemporaneidade.

Se “[...] os ciclos não significam repetição completa, mas representação e materializações sempre novas” (SZTOMPKA, 1998, p.265), era possível, então, que os indivíduos (homens de ciência e de ação, principalmente), na acepção de Josué de Castro, se empenhassem em produzir diagnósticos elucidadores e projetos de intervenção junto a organismos nacionais e internacionais para evitar que o fenômeno da fome continuasse a se repetir através dos tempos. O conhecimento do problema da fome possibilitaria um “[...] complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (CASTRO, 1961, p.57). Tal como Sorokin, ele considerava possível reelaborar o devir da humanidade. O fato de a fome ter sido recorrente não queria dizer que havia uma condenação natural a ela (CASTRO, 1961, p.60-3). Poderia a calamidade da fome repetir-se num futuro, não havia garantia de que ela fosse extirpada de uma vez por todas; no entanto, para o autor de *Geografia da fome*, no século XX, havia condições, sem qualquer dúvida, para a sua eliminação de maneira duradoura e extensiva ao século seguinte.

Têm-se, assim, elementos indicadores de que Josué de Castro combinava em suas análises tanto traços da perspectiva centrada na diretividade progressiva da mudança social quanto aspectos da teoria cíclica.

Se isso (a coexistência das duas perspectivas) não era muito comum nas Ciências Sociais, o era nos seus escritos preocupados em revelar que a recorrência da fome nas diversas sociedades não obedecia a qualquer fatalismo. Procurava ele, dessa forma, esclarecer as condições produtoras de tais permanências. A época moderna, por exemplo, estava dotada de recursos (científicos, tecnológicos, humanos, materiais) capazes de abolir a fome do mundo. Enfim, as tendências históricas cíclicas eram constatáveis, mas era possível subvertê-las.

Avesso aos determinismos, fossem eles cíclicos, diretivos, biológicos, unilineares ou multilineares, Josué de Castro criticava as concepções que circunscreviam o fenômeno da fome a algumas causas isoladas, tais como pressão demográfica, improdutividade dos solos, cultura alimentar inadequada, escassez de recursos e de produção, etc. O desvendamento da tessitura social produtora da fome aguda e da crônica exigia a compreensão dos múltiplos aspectos formadores de condições geradoras de situações de carência alimentar em larga escala em algumas regiões do mundo. A colonização da América Latina, por exemplo, desencadeou um processo econômico e político que fez arraigar a miserabilidade e a pobreza no continente (CASTRO, 1967).

O fato de que uma área de tão grandes possibilidades naturais seja ocupada por nações economicamente secundárias não é consequência direta nem de inferioridades raciais nem de ações dissolventes do meio. Não é mal de raça nem de clima. É mal de fome. A fome tem sido, através dos tempos, a peça que entrava sempre o progresso latino-americano. [...] E a fome vem de longe. Desde os primórdios da descoberta destas terras, decorrendo do seu passado - da história de sua colonização e exploração econômica mal conduzidas. (CASTRO, 1961, p.160-1).

A persistência da miserabilidade e da fome no Brasil e em toda a América Latina devia-se a fatores de ordem econômica e política, os quais se assentavam na junção de dois elementos: a monocultura e o latifúndio. Conforme haviam demonstrado vários pensadores, a recorrência da desnutrição aguda e crônica, bem como os seus efeitos,

ao longo de quase cinco séculos, explicava,-se socialmente (CUNHA, 1995; BASTIDE, 1958; 1959; BOMFIM, 1993). A não-existência, nesse continente, de um desenvolvimento progressivo no que tange à solução, ou ao menos à diminuição da escassez alimentar, devia-se não à inabilidade da população pobre, à inferioridade racial e à preguiça crônica (CASTRO, 1933; 1932; 1935; 1935a, 1937), mas sim a um modelo econômico e político que em nenhum momento esteve voltado para os interesses coletivos da nação.

A diretividade progressiva estava ainda, em meados do século XX, por ser criada na América Latina. O Brasil, por exemplo, não havia, até então, dado início a esse processo. Alguns anos depois, mais precisamente no início da década de 1960, Josué de Castro afirmava em *Sete palmos de terra e um caixão* que as Ligas Camponesas no Nordeste representavam as primeiras tentativas no sentido de reverter um dos elementos mantenedores da fome naquela região: o sistema latifundiário que emperrava toda e qualquer mudança social. O fato novo, portanto, indicador de uma significativa alteração social era o aparecimento de uma força social capaz, pela primeira vez, de alterar a base econômica e política do País assentada na concentração da terra.

Tanto o caráter cíclico quanto o de diretividade do processo social não eram apresentados por Josué de Castro em razão de qualquer determinação irreversível. Além da recorrência de um fenômeno como a fome também os avanços no sentido de sua superação eram construções históricas de cada nação. No entanto, ele supunha que não bastavam somente esforços internos para combater a miserabilidade. Era necessário criar um sistema de cooperação internacional para alcançar resultados expressivos na luta contra a pobreza generalizada. O imperialismo norte-americano era destacado como responsável pelo retardamento do desenvolvimento social da América Latina e, portanto, pela recorrência da fome no continente (CASTRO, 1968).

Em *Geopolítica da fome* ele afirmava que, mesmo não sendo materialista histórico (CASTRO, 1961, p.290), considerava que a fome era produzida essencialmente pelas condições econômicas, ou melhor, “[...] pela má distribuição dos bens de consumo obtidos” (CASTRO, 1961, p.465). Os recursos existiam e eram suficientes para eliminar a fome do mundo, mas os interesses de uma minoria controladora do sistema emperravam toda e qualquer solução distributiva. Diferentemente de Marx,

que considerava necessária uma ruptura revolucionária para que as desigualdades fossem definitivamente resolvidas, Josué de Castro considerava possível buscar saídas mesmo sem ter havido transformação integral do modo de produzir capitalista. Sua concepção de mudança social não era anti-socialista, pois, em seu entender, era necessário estabelecer políticas de cooperação entre os blocos econômicos que dividiam o mundo em meados do século XX.

E de que maneira era possível realizar mudanças substancialmente voltadas para eliminar a fome no âmbito do capitalismo? Ele argumentava que isso poderia ocorrer através das seguintes medidas: melhor ajustamento do homem à terra, distribuição da produção de forma mais equitativa, crescimento da produção em massa, ampliação de estudos sobre as condições de vida dos mais pobres para propor soluções adequadas, investimento em ações políticas de cooperação entre países ricos e pobres, formulação de planejamentos nacionais e internacionais para implementar projetos que aumentassem a produção agrícola através de novas técnicas de fertilização dos solos, educação em massa que possibilitaria a integração de todos às novas tecnologias, diversificação da produção agrícola nas regiões periféricas, valorização dos produtos (preços justos) dos países pobres e implementação de incentivos objetivando potencializar a industrialização dos países subdesenvolvidos.

Para extirpar a fome da superfície da terra é necessário [...] levantar os níveis de produtividade dos povos ou grupos marginais, integrando-os, através do progresso econômico, na comunidade econômica mundial. (CASTRO, 1961, p.496).

Em seu entender os governantes, as lideranças políticas, os cientistas, em geral, e o sociólogo, em particular, eram os agentes desse tipo de mudança social que deveria ser posta em marcha ainda em meados do século XX. Ao cientista social caberia produzir pesquisas visando a demonstrar que:

[...] a exploração latifundiária, a monocultura à base dos salários baixos, apresentada em suas variantes nas áreas coloniais do mundo inteiro, constituem, pois, o caldo de cultura ideal, para o desenvolvimento do pauperismo da miséria e da fome (CASTRO, 1961, p.498).

A marcha para o progresso social era árdua e extensa, e não havia como os países periféricos vencerem sozinhos todos os percalços. O processo econômico na década de 1950 punha em evidência que as dificuldades distributivas ganhavam dimensões gigantescas, visto que “[...] as grandes potências sempre utilizaram nos países subdesenvolvidos para seus fins de exploração colonial ‘os próprios grupos oligárquicos, interessados eles próprios na manutenção do *status quo*’ (MYRDAL, 1960, p. 60; 1967) político e social” (CASTRO, 2001, p.269). Diante desse quadro é que se devia apostar nos homens progressistas, fossem eles cientistas e/ou lideranças políticas⁵. Eram eles agentes de mudança contanto que se empenhassem para criar projetos voltados para o progresso social, único capaz de construir a dignidade humana. Em sua obra *Sete palmos de terra e um caixão* (1967, p.15) ele condenava a neutralidade científica argumentando que a Sociologia deveria estar comprometida com a mudança e não com a estabilidade.

Em seus escritos, a ciência em geral e as Ciências Humanas, em particular, eram forças promovedoras do progresso social desde que se voltassem para a interpretação crítica e não apenas para a descrição. As raízes da fome “[...] ligam-se subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos” (CASTRO, 2001, p.16), portanto, as abstrações estatísticas - por serem genéricas (CASTRO, 2001, p.265) - resultam em análises meramente descritivas e acabam por não oferecer elementos para compreender o quão complexas tendem a ser as ações políticas, econômicas e sociais que visam combater a fome. A mera descrição não possibilita também o desvendamento dos diversos aspectos de uma organização social - pautada no colonialismo, na monocultura, no latifúndio e na inaptidão do poder político para formar um projeto favorável à nação e aos interesses coletivos - produtora de um modelo econômico e político que impossibilita a superação da pobreza e da miserabilidade.

Teria havido no Brasil, no decorrer do século XX, um tipo de evolução que não resultou em progresso social para a maioria da população.

⁵ G. Myrdal, R. Prebisch, Celso Furtado e Costa Pinto eram apontados nas obras de Josué de Castro como exemplos de homens dotados de pensamentos e de ações progressistas. Conforme afirma Mannheim, “[...] a peculiaridade do modo conservador de enquadrar as coisas em um contexto mais amplo é que ele se aproxima delas por trás, a partir de seu passado. Para o pensamento progressista, o significado das coisas deriva em última análise de algo acima ou além delas mesmas, de uma utopia futura ou de sua relação com uma forma transcendente” (MANNHEIM, 1986, p.121).

A industrialização, por exemplo, era indicadora de desenvolvimento econômico, no entanto, sua emergência no País se deu de um modo canhestro visto que ela florescia numa sociedade em que não havia sequer uma exploração racional do solo. A agricultura da fome que prevalecia fazia surgir uma industrialização que não suplantaria o quadro de desnutrição da maioria da população. Assim, ele não abraçava a tese de que haveria, no País, uma linearidade progressiva inconteste com o aparecimento das atividades industriais e urbanas. Essas últimas eram indicadoras de evolução, mas não necessariamente de progresso social.

O Brasil caminharia rumo a este último somente se fosse efetivada uma economia autenticamente nacionalista, a qual não era concebida como uma forma de responder aos interesses de alguns setores da nação, mas sim “[...] às aspirações políticas, sociais e culturais da maioria” (CASTRO, 2001, p.269). A agricultura era, para ele, a base do desenvolvimento social. Um processo industrial assentado sobre uma economia agrícola atrasada levaria à perpetuação da miserabilidade e da pobreza (SOARES, 1998). Observe-se, então, que a industrialização não levaria linearmente a mudanças progressivas, as quais eram distintas desse crescimento econômico, fundado em lucros rápidos e destruidores de pessoas e do meio ambiente, que ganhava corpo no País na década de 1950.

A construção da diretividade progressiva passava, no Brasil, pela integração nacional, que deveria estar calcada num constante processo de solapamento da dualidade estrutural que foi sedimentada através do processo de colonização. Os latifúndios improdutivos, a monocultura, o atraso tecnológico, a ignorância e o pauperismo tinham de ser desmantelados para que ocorresse a construção de um Brasil uno e integrado. Cindido em duas partes - uma que se moderniza e a outra que se mantém no atraso absoluto, conforme analisava Jacques Lambert (1959) - não haveria desenvolvimento social. Esse somente se efetivaria se os controladores do poder econômico e político tivessem “[...] mais respeito pelas regiões mais pobres e procurassem cooperar para sua emancipação, em benefício da nacionalidade” (CASTRO, 2001, p.271).

O grande desafio posto aos homens de ciência e de ação comprometidos com a construção de mudanças substancialmente redefinidoras do padrão de organização social e de domínio vigentes, desde os tempos coloniais, era a construção de uma integração nacional que rompesse com as fórmulas de crescimento que resultavam no enaltecimento de uma cisão produzida historicamente.

O País não tinha sido até então colocado na direção do progresso social, ou seja, aquele que favorece, indistintamente, todas as regiões e todos os grupos sociais. A construção da nacionalidade, a partir dessa integração, era uma revolução a ser feita com base na convicção de que toda situação de miserabilidade, de pobreza e de fome em vigor, nas diversas partes do Brasil, era reversível.

A mudança social diretiva no sentido do progresso social era aquela que estivesse voltada para despertar as potencialidades particulares de povos e de regiões inteiras. Vencer os contrastes (BASTIDE, 1959) através de investimentos sociais, da industrialização e da solução progressiva dos desníveis de renda que vigoravam no País deveria ser o objetivo essencial dos técnicos, dos políticos e dos homens de ciência.

Porque subdesenvolvimento é exatamente isso: é desnível econômico, são disparidades entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico de uma nação” (CASTRO, 2001, p. 272).

Josué de Castro e os ritmos da mudança social

Em razão das singularidades sócio-históricas, econômicas e políticas do País, o pensamento social brasileiro, desde seus primeiros teóricos, indagava sobre o ritmo das mudanças que aqui se processavam. Sílvio Romero (1851-1914) considerava que a cadência das modificações sociais na América Latina não seria idêntica e/ou semelhante à da Europa. Se as diversas nações tinham sido dessemelhantes em suas constituições históricas, em suas formações raciais, econômicas e políticas, não era possível supor, segundo ele, ritmos idênticos em seus processos de mudanças sociais. Mesmo influenciado por Herbert Spencer, que defendia a tese de que todas as sociedades teriam o mesmo ponto de partida e de chegada, Romero estabelecia um diálogo tenso com o seu principal ponto de apoio teórico ao rejeitar uma das idéias-chave do evolucionismo spenceriano, ou seja, a tese da repetição que afirmava: ou os povos colonizados seguiam os rastros do colonizador em termos de fases, ritmos e seqüências idênticas, ou estariam condenados à não-mudança (ROMERO, 1969, p.583).

A tentativa de impor ritmos semelhantes entre nações distintas era, segundo Romero, uma forma de desqualificar movimentos próprios que poderiam e deveriam ser estabelecidos pelos países colonizados. Ao negar qualquer possibilidade de ritmos singulares, a concepção de Spencer acabava por instrumentalizar a forma de domínio posta em andamento pelos países industrializados. Cientistas e lideranças políticas européias difundiam o seguinte raciocínio acerca dos países latino-americanos: ou acompanham-nos numa mesma cadência ou, então, estarão condenados definitivamente ao atraso.

Euclides da Cunha (1866-1909), a quem Josué de Castro dedicou a obra *Geografia da fome*, considerava que o ritmo das mudanças sociais no Brasil deveria estar conectado às especificidades e às necessidades da nação. Somente dessa maneira era possível criar uma via que levasse a um tipo de progresso social capaz de resistir às imposições estrangeiras no que diz respeito à cadência em que as mudanças deveriam se processar. Um vir-a-ser genuinamente nacional passava pela busca de um ritmo próprio de ações capazes de promover um desenvolvimento industrial e científico ajustado às singularidades socioculturais brasileiras. A submissão à cadência rítmica de outros países era catastrófica à medida que o País não tinha forças sociais capazes de enfrentar o imperialismo moderno (CUNHA, 1966a, p.115-6). Este último tentava impor uma modernização impossível de ser seguida pelos demais países que têm suas dificuldades exploradas pelos países ricos para naturalizar o expansionismo e o darwinismo das nações, os quais foram definidos, pelo autor de *Os sertões*, como uma cadeia de imposições econômicas e culturais (CUNHA, 1966, p.173).

Diversos outros pensadores brasileiros (Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Monteiro Lobato, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, etc.) se ocuparam dos ritmos das mudanças sociais na América Latina, em geral, e, no Brasil, em particular. Manoel Bomfim (1868-1932) foi, entre eles, um dos mais importantes. Suas análises, diferentemente das de Sílvio Romero que considerava a industrialização um mal a ser evitado, visto que levaria a modificações - tais como o aparecimento do proletariado e das grandes cidades - incontroláveis (ROMERO, 1969, p.273), enfatizavam a necessidade de implementação de um amplo processo de modernização da economia e da política numa cadência capaz de vencer as heranças e os vícios do passado colonial.

Manoel Bomfim argumentava que o ritmo do desenvolvimento social seria viabilizado pelo conhecimento adequado e original das condições reinantes no continente. Os setores dirigentes, ao devorar, sem muitos cuidados, teorias externas, livros e fórmulas estrangeiras, acabavam assumindo, em geral, duas posições predominantemente: a de que era necessário rechaçar terminantemente as inovações que trouxessem para a arena política novas forças sociais e a de que era possível ir introduzindo alterações econômicas (algumas indústrias) e políticas (alguns traços de democracia)⁶ sem estabelecer de fato qualquer modificação substancial no padrão de organização social e de domínio brasileiro (BOMFIM, 1993).

A rápida menção a esses intérpretes objetivou demonstrar que a preocupação com os ritmos das mudanças já processados e/ou que deveriam se processar no País, nas esferas econômicas, políticas e sociais, foi algo constante nos principais pensadores brasileiros que objetivaram decifrar quais eram as possibilidades de avanço que a nação possuía e quais eram os empecilhos postos pelo mundo europeu e pelo norte-americano que tentavam impor uma única cadência rítmica para todos os povos, isto é, independentemente das singularidades socioculturais e históricas. Josué de Castro participou ativamente deste debate ao destacar que o Brasil necessitava dinamizar um esforço coletivo para construir um ritmo ímpar de modernização capaz de sincronizar todas as regiões brasileiras a um mesmo processo de desenvolvimento econômico e de progresso social.

O ritmo de expansão de um dado sistema econômico tinha que ser capaz de incorporar toda a população, até mesmo aquela que vivia nas localidades mais distantes, aos benefícios da industrialização e da inovação tecnológica. O problema no Brasil é que isso não estava ocorrendo, o que ficava visível através dos desequilíbrios regionais. Segundo ele, “[...] a adequação ou inadequação de um plano de desenvolvimento econômico [...] depende em larga escala da validade dos critérios que orientam os investimentos, o ritmo de expansão de um sistema econômico” (CASTRO, 2001, p.275). Em seu entender, ocorria no País uma desorientação rítmica porque se optou por modernizar mais algumas regiões que outras. O crescimento econômico concentrado aumentava, segundo ele, a dificuldade de constituição de um progresso social para todos os brasileiros indistintamente.

⁶ “Uma democracia não é democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte, e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral - preocupação quase fútil e ridícula em países, como estes nossos, onde o direito do proletário não existe” (BOMFIM, 1993, p.197).

“E a verdade é que o progresso social não se exprime apenas pelo volume de renda global ou pela renda média per capita, que é uma abstração estatística, e sim por sua distribuição real” (CASTRO, 2001, p. 275). Os benefícios da industrialização do Sudeste não atingiriam jamais os habitantes das outras regiões mais atrasadas. Evidentemente que ele não estava supondo que todos os indivíduos das áreas urbano-industriais eram beneficiados pelo desenvolvimento econômico. Sua exposição chamava a atenção tanto para as diferenças regionais quanto para as disparidades de renda no âmbito das próprias metrópoles que se modernizavam. Esses desequilíbrios tinham que ser corrigidos pela convicção de que os países subdesenvolvidos demandam medidas de ajustes em seus processos de industrialização.

O sociólogo Costa Pinto acentua muito bem o fato de que “nas estruturas sociais dos países menos desenvolvidos não é a falta ou ausência de mudanças o traço essencial, mas sim o fato das diversas partes dessas estruturas mudarem em ritmos diferentes” (COSTA PINTO, 1960, p. 60) gerando assimetrias e distorções, contradições e resistências (CASTRO, 2001, p.276; COSTA PINTO, 1986).

No Brasil, na década de 1950, imperava um absoluto descompasso nos ritmos de mudança colocados em andamento. Os homens de ciência e as lideranças políticas governamentais partiam, na sua maioria, do pressuposto de que havia um ritmo uno, um modelo único de mudança social. Desse modo, não eram levadas em conta as singularidades nacionais e regionais. E o que seria ter essas especificidades como ponto de partida de todo plano de desenvolvimento econômico? Em termos gerais, era planejar uma forma de modernização que conduzisse o País a uma integração nacional com base em um conciso diagnóstico das potencialidades e das necessidades de cada região. O progresso social adviria de um processo de expansão - para todas as áreas do Brasil - da distribuição dos benefícios da expansão urbano-industrial. O caso das regiões agrícolas era citado como exemplo. Caso elas se mantivessem atrasadas, não haveria lastro para qualquer modernização duradoura, a qual somente teria esse caráter se fosse capaz de formar a base para o desenvolvimento social.

Daí a impossibilidade de importar-se modelos pré-fabricados de desenvolvimento para aplicar-se in loco como transposição válida da experiência de outros povos. Cada sistema econômico em expansão se orienta de maneira original e até certo ponto imprevisível, em face das possibilidades das virtualidades das diferentes áreas geo-econômicas (CASTRO, 2001, p.276).

Não transplantar modelos de mudança de outros países significava, por exemplo, construir um processo de industrialização que arrancasse a agricultura do precipício em que ela se encontrava, ou seja, estancada por séculos de prevalência do latifúndio, da monocultura, da destruição dos solos, da improdutividade de extensas áreas de terras e da não-aplicação de tecnologias capazes de reverter estas duas últimas características do modelo de produção agrícola vigente, principalmente, no Nordeste brasileiro.

A industrialização teria que aumentar o poder tanto aquisitivo quanto alimentar da população brasileira. Isso demandava uma estreita relação entre modernização industrial e agrícola. O descompasso entre estes dois setores da economia tinha, então, que ser vencido, já que “[...] a fraqueza e o atraso da economia agrícola no Brasil constituíam-se [...] fatores de amordaçamento de toda a economia nacional, freando o próprio ritmo de industrialização, através de vários mecanismos” (CASTRO, 2001, p.277).

Corrigir os efeitos e os ritmos de uma modernização econômica concentrada no sudoeste era uma forma de estancar as migrações internas que estariam saturando alguns núcleos urbanos e onerando o setor público, que teria de oferecer infra-estrutura para as populações concentradas, em busca de emprego e melhores condições de vida, em algumas áreas mais industrializadas. Segundo Castro, os recursos empregados em serviços públicos em cidades superpopulosas eram subtraídos de outros investimentos reprodutivos. Há, nessa sua posição, duas questões a serem destacadas: a primeira diz respeito à necessidade de que fossem estancadas as migrações do campo para a cidade, e a segunda é a sua pressuposição de que as verbas destinadas aos serviços públicos deveriam ser empregadas no processo de modernização da economia.

No caso do primeiro pressuposto, ficava evidente que Josué de Castro mostrava-se preocupado em fixar uma parte da população em atividades agrícolas. Em razão da necessidade de distribuir recursos para as diversas atividades e regiões do País, era preciso criar um processo industrial que fosse social e geograficamente não concentracionista. Em seguida, ao afirmar que a urbanização forçada de algumas regiões onerava o erário público, ele estava supondo que parte da riqueza social deveria ser empregada na geração da modernização econômica agrícola, principalmente, pois ela se converteria em progresso social para todos os brasileiros. Tinha, então, o Estado um papel essencial na criação das bases para a industrialização. Tais bases estavam na dinamização da produção na agricultura, arrancando-a de um atraso secular.

Através das matérias-primas escassas e do alto custo de produção, a agricultura se constitui indiscutivelmente como um fator de estrangulamento de um largo setor das indústrias de transformação. [...] O marginalismo econômico a que ficou relegado o homem do campo, com sua capacidade aquisitiva quase nula, não permite a formação de um mercado interno capaz de absorver a crescente produção industrial. As migrações internas, os altos graus de mobilidade social do campo para a cidade, supersaturando os núcleos urbanos com grandes massas humanas improdutivas, células economicamente mortas, infiltradas dentro da textura social, vêm onerar terrivelmente o erário público com os indispensáveis serviços sociais, cujo alto custo absorve necessariamente uma grande parcela de recursos que deveriam ser aplicados em investimentos reprodutivos (CASTRO, 2001, p.278).

O ritmo da expansão industrial tinha de estar cadenciado ao ritmo da modernização da agricultura. Esse era o desafio que os técnicos e as lideranças políticas do País teriam que enfrentar em meados do século XX, caso estivessem, de fato, preocupados em reconstruir as vias de acesso à modernização econômica e ao desenvolvimento social.

Este último não se processaria automaticamente com a implementação daquela primeira; ele deveria ser construído através de ações políticas voltadas para a distribuição de renda através de melhorias salariais e de serviços sociais nas áreas de educação, de saúde e de nutrição, principalmente⁷.

Em discurso proferido na Câmara Federal em 2 de dezembro de 1955, na condição de deputado, Josué de Castro defendia a proposta do governo de criação do Ministério da Economia. Segundo ele, este estaria voltado para vencer a distância entre a realidade econômica e a social (CASTRO, 1959, p.174). Cadenciar estas duas últimas era o grande desafio daquele momento. A proposta de Juscelino Kubitschek de criação daquele ministério visava, ao seu ver, a encontrar uma maneira de “[...] coordenar as atividades nacionais numa unidade de ação, na estruturação de um pensamento que conduza ao verdadeiro desenvolvimento econômico e social do País” (CASTRO, 1959, p.176).

Josué de Castro afirmava nesse seu discurso proferido em 1955 e publicado na obra *Ensaio de biologia social* que o desenvolvimentismo que ganhava expressividade na América Latina, na década de 1950, filiava-se às concepções de progressividade diretiva que se propagaram a partir do século XVIII. Ele considerava positiva a perspectiva advogada na era moderna de que havia uma possibilidade indefinida de desenvolvimento econômico, social, mental, científico e racional. Todavia, era necessário superar, em seu entender, a concepção evolucionista e utilitarista (LEVINE, 1997, p.134) de Spencer, a qual não era dinamizadora do progresso social, porquanto defendia uma dinâmica socioeconômica fundada na idéia de que somente alguns povos tinham aptidão para alcançar patamares mais altos de evolução. Essa pressuposição excluía automaticamente as nações colonizadas da possibilidade de romperem com a pobreza, a miserabilidade e a fome. “O trânsito do homogêneo para o heterogêneo” (CASTRO, 1959, p.178; SPENCER; 1972; 1961) não era, afirma Castro, suficiente para criar concomitantemente o progresso econômico e social.

⁷ Na atualidade, são vários os argumentos sobre as dificuldades de mudança sociais, políticas e econômica em razão das pressões externas. Observe-se que Josué de Castro, em 1955, já mostrava essa preocupação. Ele afirmava: “No momento atual, a situação social do mundo se constitui como obstáculo difícil de vencer para os países subdesenvolvidos” (CASTRO, 1959, p.182).

Josué de Castro, em *O livro negro da fome* - manifesto que recomendava a criação da Associação Mundial de Luta contra a Fome - afirmava que as conquistas no campo da industrialização e no da criação de novas tecnologias deveriam ser direcionadas rumo à geração de uma progressividade social para os diversos povos do mundo⁸. Em seu entender, a situação dos famélicos era um problema da humanidade como um todo, portanto, não era indicativo de sabedoria política, por parte das lideranças dos países ricos, o descaso, a indiferença e o desprezo em relação às iniciativas (das organizações internacionais, tais como a FAO e a ASCOFAM) que buscavam solucionar a fome aguda e a crônica⁹.

A ação humana modificadora da vida social tinha de ser construída dia após dia. A progressividade diretiva - a qual, no campo social, se encontrava emperrada em meados do século XX - representava para os cientistas e políticos progressistas um desafio incalculável à medida que todos os passos em direção aos interesses coletivos eram podados em favor dos interesses de alguns somente. Assim, não se efetivariam mudanças sociais substantivas. Ele argumentava que os cientistas, os políticos progressistas e os demais indivíduos que atuavam em movimentos, associações e instituições que se preocupavam com o destino da humanidade deveriam estabelecer uma cruzada em favor da superação das medidas paliativas que jogavam aos famélicos algumas migalhas de vez em quando (CASTRO, 1968, p.52). Era necessário construir métodos objetivos e racionais capazes de suplantar a mentalidade fundada na caridade, na piedade e na ajuda esporádica.

Somente programas efetivos de erradicação da fome romperiam com a condenação de uma parte expressiva da população mundial a um “círculo de ferro” (CASTRO, 1968, p.73) que se foi perpetuando pela dificuldade de os indivíduos famélicos constituírem-se forças sociais capazes de reverter o quadro de miséria a que estão submetidos.

⁸ Em alguns momentos, Josué de Castro considerava possível que essa diretividade progressiva fosse construída através de rupturas revolucionárias (CASTRO, 1967, p.19).

⁹ Flávio Luiz Schieck Valente, em 2002, participou da reunião convocada pela cúpula da ONU para combater a fome. Ele considerava que esta havia fracassado inteiramente, pois nem sequer o direito à alimentação teria sido aprovado. A “pressão dos EUA e do Reino Unido” teria inviabilizado qualquer efetividade no combate à fome no mundo. “O código de conduta foi reduzido a uma proposta de um mero conjunto de orientações voluntárias para implementar o direito à alimentação” (VALENTE, 2001, p.11). Nesse mesmo ano, Andrew MacMillan, diretor da FAO, afirmava: “Já fui criticado por dizer que o fato de a fome existir se deve basicamente à incompetência ou à negligência. Nós sabemos muito bem o que fazer, só falta vontade política” (MACMILLAN, 2002, p.23).

A necessidade de que os homens de ação e de ciência¹⁰ progressistas se ocupassem da formulação de políticas, de planos, de planejamentos, de programas e de diagnósticos precisos e capazes de reverter essa situação era, na realidade, uma forma de contribuir com a remoção dos obstáculos que impediam, muitas vezes, que os famintos enfrentassem sozinho o emaranhado complexo de elementos produtores e perpetuadores das condições de desnutrição aguda e crônica. As soluções não adviriam de ações isoladas, mas sim de ações coletivas que envolvessem amplos setores sociais na luta contra a miséria e a fome.

E por que Josué de Castro considerava possível o encadeamento de tais ações coletivas no País? A diferenciação social que se introduziu no Brasil, a partir da década de 1930, em razão do processo de industrialização, de urbanização e de especialização das atividades e funções teria criado as condições propícias para que fossem expandidas as percepções críticas e as ações questionadoras da fome. Os trabalhadores passavam a ter uma noção de que era possível reverter a miserabilidade presente na sociedade brasileira. Suas manifestações na década de 1940 e, especialmente, na de 1950, revelavam para Josué de Castro que uma parte expressiva da população brasileira se mostrava disposta a construir ações coletivas objetivando mudar o quadro de exclusão social e política vigente.

Em *Sete palmos de terra e um caixão* ele argumentava que o desenvolvimento econômico pós-1930 teria aberto o caminho para o crescimento das reivindicações dos setores populares e, portanto, para avanços progressivos no campo social. No entanto, juntamente com a emergência dessa força social que tentava adentrar a arena política, ocorria uma radicalização daqueles setores (proprietários de terras, empresários, militares, entre outros) que pretendiam conservar as condições de exclusão vigentes. Na década de 1950, ocorriam, assim, dois embates basicamente: um empenhado em ampliar os direitos políticos e as conquistas sociais e um outro golpista e preocupado em manter o *status quo*.

As forças sociais conservadoras foram vitoriosas nesse embate e conseguiram, a partir de 1964, bloquear inteiramente qualquer mudança socialmente progressiva, ou seja, em favor dos interesses coletivos e nacionais.

¹⁰ Josué de Castro considerava que as Ciências Sociais não poderiam ter um caráter neutro. Elas sempre estavam imbuídas de valores, de idealizações, de compromissos (CASTRO, 1967, p.16).

Reforçavam-se, assim, os desequilíbrios rítmicos à medida que ocorriam, ao mesmo tempo, tanto um crescimento e uma diversificação econômica significativos quanto uma paralisação do desenvolvimento político e social. Celso Furtado se referiu a esse descompasso em *Brasil: a construção interrompida* da seguinte maneira:

Assim, como ignorar que foi porque a partir de 1964 o Brasil paralisou seu desenvolvimento político - em realidade, retrocedeu nesse plano enquanto sua sociedade crescia e se fazia mais complexa - como ignorar [...] que nos tornamos uma nação de difícil governabilidade, que destrói recursos escassos e acumula problemas de forma alucinante (FURTADO, 1992, p.75).

Finalizando, não é demais ressaltar que Josué de Castro abraçou ao longo de sua vida as perspectivas progressistas pautadas na convicção de que “[...] as modificações estruturais deveriam ser vistas como um processo libertador de energias criativas, e não como um trabalho de engenharia social em que tudo está previamente estabelecido” (FURTADO, 1992, p.75). Castro partilhava das teses que afirmavam ser necessário “[...] remover os entraves à ação criativa do homem, a qual, nas condições do subdesenvolvimento, está caracterizada por anacronismos institucionais e por amarras de dependência externa” (FURTADO, 1992, p.75).

Referências bibliográficas

BASTIDE, R. O messianismo e a fome. In: *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958.

BASTIDE, R. O outro Nordeste. In: *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1959.

BATES, M. O homem membro de uma comunidade biológica. In: OSBORN, F. (Org.) *As pressões populacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p.15-22.

BLACK, E. R. O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico. In: OSBORN, F. (Org.) *As pressões da população*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 71-78.

BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CANDIDO, A. Para pensar o problema da fome. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29 nov.1999. C6, p.6.

CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1961. v.1 e 2.

CASTRO, J. de. *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.

CASTRO, J. de. *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Recife: Imprensa industrial, 1932.

CASTRO, J. de. *Condições de vida das classes operárias*. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.

CASTRO, J. de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935a.

CASTRO, J. de. *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937.

CASTRO, J. de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, J. de. *Ensaio de Biologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, J. de. *Sete palmas de terra e um caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, J. de. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, A. M. de. (Org.) *Fome: tema proibido*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

COSTA PINTO, L. *A Sociologia & desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

CHONCHOL, J. O modelo de alimentação dos países industrializados. In: MINAYO, M. C. (Org.) *Raízes da fome*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 94-103.

COSTA PINTO, L. A. *Resistência à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento econômico*. SEMINÁRIO Internacional. Anais... Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Publicação n.10, 1960, p.60

CUNHA, E. da. Temores vão. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1966. v.1, p.173-176.

CUNHA, E. da. A árcadia da Alemanha. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1966a. v.1, p. 114-118.

ETZIONI, A e ETZIONI, E. *Los cambios sociales: fuentes, tipos y consecuencias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

FERNANDES, F. Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. In: *A Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 314-337.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro: INEP, 1959

LEVINE, D. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MACMILLAN, A. Só falta vontade política, diz diretor da FAO. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 09 jun. 2002. Caderno A, p. 23. Entrevista.

MAGALHÃES, R. *Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os economistas).

MALTHUS, T. R. *Princípios de Economia política*. São Paulo: Nova cultural, 1996a. (Col. Os economistas).

- MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77-131.
- MINAYO, M. C. (Org.) *Raízes da fome*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- MYRDAL, G. *Teoria, economia e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- MYRDAL, G. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- ORR, B. O suprimento de alimentos da humanidade. In: OSBORN, F. (Org.) *As pressões da população*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 88-91.
- OSBORN, F. Superpopulação e seleção genética. In: *As pressões da população*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p.43-58.
- PARETO, W. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os economistas).
- PARETO, W. *Traité de sociologie générale*. In: *Oeuvres complètes*. Genève: Droz, 1976.
- ROMERO, S. *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.
- SANTOS, M. Josué de Castro e a geografia da fome. In: CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-30.
- SEARS, P. B. O ambiente americano. In: OSBORN, F. (Org.) *As pressões da população*. Rio de Janeiro: Zahra, 1965. p. 32-41.
- SILVA, T. E. Magno da. Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro. *Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v.1, n.2, p.73-92, jul. dez. 2000.
- SOROKIN, P. *Novas teorias sociológicas*. São Paulo: Globo, 1969.
- SOROKIN, P. *The crisis of our age*. Nova York: E. P. Dutton, 1941.
- SOROKIN, P. *Man and society in calamity*. Nova York: E. P. Dutton, 1942.

SOROKIN, P. A. *Hunger as a factor in human affairs*. Gainesville: University Press of Florida, 1975.

SPENCER, H. *On social evolution*. Chicago: University Press, 1972.

SPENCER, H. *The study of Sociology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1961.

SORRE, M. Prefácio à edição francesa. In: *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1961. v.1

SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TOYNBEE, A. A ameaça de superpopulação. In: OSBORN, F. (Org.) *As pressões da população*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 71- 78.

TOBELEM, A. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

VALENTE, F. L. S. Reunião não garantiu nem direito à alimentação. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 jun. 2002. Caderno A, p.11. Entrevista.

VOGT, W. *El camino de la supervivencia*. Buenos Aires: Sudamericana, 1951.

Endereço para correspondências:

Maria José de Rezende
Rua Pio XII, 335, apartamento 1104, 86020-914, Londrina-PR.

*(Recebido em fevereiro de 2003 e aceito para
publicação em setembro de 2003)*